

Collor e as esquerdas

Avitoria de Fernando Collor nas eleições do ano passado ainda não foi assimilada pelas esquerdas. Depois de um longo e sinuoso caminho, tinhamos chegado à conquista do direito de eleger diretamente o presidente da República, tinhamos conseguido unir nossas forças em torno de um candidato inteiramente identificado com as lutas democráticas e populares, e no primeiro pleito eleitoral, o nosso candidato foi derrotado. O golpe foi, de fato, muito duro. Ainda estamos sob o efeito do seu impacto doloroso.

O vitorioso nos surpreendeu. Jogou pesado na campanha, deu golpes abaixo da cintura, mas conseguiu evitar que o juiz da luta - a senhora Opinião Pública - avaliasse a gravidade da infração e resolvesse puni-lo com severidade.

Chegou ao poder com a imagem de um moço truculento, porém eficiente. Nascido em berço de ouro e no entanto capaz de convencer o seu eleitorado de que ia enfrentar os milionários. Um rapaz que tinha feito carreira política a sombra da ditadura militar (que o nomeou prefeito) e sob a proteção de uma das oligarquias mais retrogradadas do país assumiu a Presidência com o traje de um democrata impoluto, liberal convicto, administrador moderno e independente.

Mal assumiu suas novas funções, tratou de fortalecer sua imagem de líder energético, cheio de vitalidade. Nos intervalos entre suas exibições esportivas, sempre mostradas na televisão, expôs sua teoria do combate à inflação: comparou-a a uma fera perigosíssima e se comparou ao caçador que a enfrentava, em plena selva, com uma única bala na agulha. Em nome dessa curiosa imagem (que valeu ao general Newton Cruz a única frase de espírito conhecida que ele terá pronunciado nos últimos sessenta anos), o presidente passou a governar através de medidas provisórias, transformou cruzados em cruzeiros, confiscou o dinheiro de quem tinha mais de Cr\$ 60.000 nas cadernetas de poupança, anunciou o controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade nos supermercados e passou a fiscalizar pessoalmente o respeito à tabela (em visitas sistematicamente exibidas a todo o Brasil pela TV).

O método era, certamente, muito autoritário. Mais uma vez, contudo, Fernando Collor foi hábil. Colocou no Ministério da Justiça um político liberal que tinha se destacado, nos trabalhos da Constituinte, se não pelo respeito ao idioma português, ao menos pelo apreço às leis e às instituições da democracia representativa. Chamou para o Ministério do Trabalho um trabalhador, um dirigente sindical (não pôde ser o esperto Medeiros, paciência! Ficou sendo o pesado Magri).

De qualquer modos, o homem tratou de montar à sua volta um esquema que o ajudasse a proteger contra sua imagem o rápido desgaste da sua reputação e a crescente suspeita de que seria uma vocação ditatorial.

A estratégia não tem funcionado muito bem aqui no Rio de Janeiro, porque o carioca é bastante desconfiado, costuma apurar os golpes da demagogia com o escudo da gozação (neutralizando com o senso de humor até mesmo as maiores investidas publicitárias). Em escala nacional, contudo, o governo conseguiu resultados propagandísticos apreciáveis. Tudo indica que o número de pessoas que votaram no Lula e agora votariam "nelle" está sendo bem maior do que o número das pessoas que votaram "nelle" e agora, arrependidas, votariam no Lula.

Nos, da esquerda, sentimos um constrangimento natural diante dessa constatação. E somos obrigados a indagar por que isso está acontecendo. O fato de ter vencido, de ter chegado ao poder, de estar "lá em cima", exerce uma poderosa atração, não só sobre os oportunistas de todos os tipos, mas também sobre os indecisos, os vacilantes, aqueles que não puderam construir convicções sólidas e amadurecidas na vida política. No entanto, essa causa genérica não basta para explicar o êxito propagandístico do presidente.

Tem algo mais na parada. E é algo extremamente perturbador. É possível que Fernando Collor esteja tomando medidas que nós talvez tivéssemos que tomar. Temos, às vezes, a impressão de que ele está se apropriando de algumas das nossas bandeiras e, ao se apropriar delas, as está descaracterizando. Se o nosso candidato tivesse sido eleito (e faltou pouco para isso), não precisaria tomar medidas drásticas contra a inflação? Não precisaria desencadear energeticamente um processo de enxugamento do aparelho do Estado? Não teria de golpear o overnight e tomar medidas contra a "ciranda financeira"?

Em que aspectos essenciais seriam diferentes das "delle" as medidas que nós tomaríamos?

Uma resposta suficientemente clara a essa pergunta é menos fácil do que poderia parecer à primeira vista. Primeiro, porque as esquerdas estão desunidas, cada corrente está reagindo de maneira diversa em face da derrota (e é difícil definir as medidas consensuais, que todos nós apoiáramos). Segundo, porque, ainda que estivéssemos unidos e coesos, talvez não dispusessemos de um conhecimento bastante sólido da sociedade em que vivemos e que pretendemos transformar.

O Brasil é muito complicado. Foi-se o tempo em que alguns espíritos entusiasmados se embriagavam com as doutrinas revolucionárias de Marx, Engels, Lênin ou Mao-Tse-Tung e supunham que estavam em condições de compreender a sociedade brasileira como um todo e redimi-la através da "revolução proletária".

Hoje sabemos que o nosso conhecimento da realidade brasileira é limitado e por isso mesmo nos dispomos a estudá-la com muito mais afinco. Quem está seguro de que sabe não se empenha em aprender; só quem tem consciência das limitações do seu saber é que se interroga. --> abre para reconhecimento dav dili

Inteiraente identificado com as esquerdas, Leandro Konder admite que partilha do mal-estar delas diante do fenômeno Collor. Entre melancólico e enraivecido, Konder especula a respeito dos altos índices de popularidade do Presidente da República e se pergunta: será que nós, da esquerda, precisaremos esperar que a popularidade de Collor comece a cair antes por obesidade do que por reacionarismo?



Contudo, também teríamos algumas vantagens. Não nos prenderíamos demais a fórmulas gerais enrijecidas, necessárias para assegurar o impacto do "único tiro". Poderíamos flexibilizar as diretrizes que viessemos a adotar, porque estaríamos comprometidos com objetivos menos imperiosamente urgentes. Nosso ministro da Economia - que seria com certeza um político confiável, uma figura de estatura maior, que não se deixaria reduzir a condição de boneco de ventríloquo nas mãos do nosso presidente - não precisaria tentar justificar as múltiplas injustiças particulares decorrentes da dureza de suas medidas gerais invocando o sinistro princípio de que "quem olha a floresta não pode deixar que sua atenção seja desviada para os problemas de algumas árvores isoladas".

É claro que não admitiríamos, na nossa política econômica, novos sacrifícios aos já tão sacrificados assalariados. Entendemos que salário não é fator relevante no processo inflacionário brasileiro. Defenderíamos, pacientemente, o poder aquisitivo dos trabalhadores (não só dos que ganham salário mínimo, mas também dos que recebem remunerações menos miseráveis, conquistadas por seus sindicatos). Em compensação, não teríamos a paciência que "elle" tem tido em relação ao encaminhamento de uma solução justa para o problema da nossa dívida externa (que nos parece ter na inflação um peso bem maior que o dos salários).

Procuraríamos agir sempre com o respaldo dos movimentos sociais organizados, em constante ligação com as organizações populares, conscientes de que nossa força real precisaria vir delas, para podermos realizar as mudanças de que a nossa sociedade carece. Uma opção democrática radical nos levaria a permanecer juntos às massas, trabalhando com elas, ouvindo-as, dialogando com elas, para uma verificação constante do grau de acerto (ou de erro?) das nossas propostas e das nossas iniciativas. Um governo hegemônico pelas esquerdas seria falível (jamais "imexível") e assumiria, metodicamente, sua falibilidade, submetendo-se ao controle e à "cobrança" por parte de todos os setores da sociedade integrados à dinâmica da democracia.

Imbuídos dessa convicção, nós, da esquerda, observamos, frustrados, entre melancólicos e enraivecidos, o presidente eleito seguir o seu caminho, que, em última análise, decididamente não é o nosso.

“Não teríamos a ingenuidade (ou a malícia irresponsável?) de supor (ou dizer) que a inflação é uma fera que pode vir a ser abatida com um tiro só”

Como nunca se preocupou com o fortalecimento dos partidos políticos (pressuposto necessário da construção de instituições democráticas sólidas), Fernando Collor - na linha de Jânio Quadros - preferiu explorar as fraquezas deles, improvisando seu próprio partido e chegando ao poder quase sem compromissos político-partidários. Os setores menos informados pensaram que "o homem" ia poder governar com maior liberdade. Instalado no poder, porém, "elle" não tardou a verificar que suas decisões nem sempre teriam apoio no Parlamento. E passou a oscilar entre o conflito aberto com o Legislativo e a negociação - em bases escandalosamente clientelísticas! - com os deputados que integravam o "centrão" (quer dizer, a encarnação daquilo que "elle" tinha combatido mais apaixonadamente na campanha).

Como nunca fez política em ligação com os setores mais organizados da sociedade e com os movimentos populares mais combativos, Fernando Collor detesta sentir-se "cobrado" e se recusa a "dar satisfações" do que faz. A interprete da sua vontade soberana na política econômica ("será eu mesmo o meu Ministro da Economia") preferiu comprar briga com o Senado (depois recuou) a ter que entregar uma lista dos grandes capitalistas que, sintomaticamente, retiraram o dinheiro graúdo que tinham no "over" e na poupança às vésperas do confisco.

Como a inflação, embora sensivelmente reduzida em seu tamanho, dá indícios de que não morreu com o "tiro único", o movimento sindical está começando a se agitar, na ânsia (compreensível) de evitar que os trabalhadores sejam lesados em seus salários. E o presidente, considerando impertinências subversivas quaisquer reivindicações que não caibam harmonicamente dentro do seu plano de salvação nacional, começa a acenar com medidas de repressão.

Por tudo isso, somos levados a nos perguntar: durante quanto tempo, ainda, conseguirá ser eficiente a estratégia de marketing do presidente? Que atitudes "elle" poderá assumir, em suas próximas aparições televisivas, para reavivar, aos olhos da senhora Opinião Pública, o charme da sua figura?

O chargista Chico Caruso, que costuma desenhá-lo o presidente no jornal "O Globo", já chamou a atenção dos leitores para o fato de que "elle" está engordando. Será que precisaremos esperar que seus índices de popularidade caiam no lombo por causa da obesidade antes de cair por causa de seus compromissos conservadores?

Será que nós, da esquerda, depositaremos nossa esperança na falta de uma dieta capaz de cortar as adiposidades do poder, que se acumulam ao sul do ilustre corpo presidencial? Ou seremos capazes de, finalmente, assimilar a amarga derrota, digerir-la, extraindo dela lições que contribuam para nos retemperarmos e para travarmos com vigor a nova batalha eleitoral que se aproxima?

cuidades, empreende revisões desagradáveis e pode realizar algum avanço no trabalho do conhecimento.

Mas, exatamente porque estamos prevenidos contra a tentação de "dar um passo maior que a perna", seguramente não adotaremos a teoria do "tiro único", da "única bala na agulha". Não teríamos a ingenuidade (ou a malícia irresponsável?) de supor (ou dizer) que a inflação é uma fera que pode vir a ser abatida com um tiro só.

O pouco que sabemos nos ensinou que a inflação é um fenômeno extremamente complexo inserido no quadro geral de uma sociedade cuja dinâmica é mais complexa ainda. As causas da inflação são numerosas e o modo como se combinam sofre mudanças, variações, de maneira que não há - e talvez nunca venha a haver - uma receita exclusiva para a cura do mal.

Nossos economistas seriam mobilizados, não para preservar essa receita mágica inexistente, mas para nos ajudar a travar a luta ao longo de um processo, no qual iríamos avançando e verificando os resultados parciais de cada avanço, corrigindo-o, eventualmente aprofundando-o (ou, em caso de necessidade, promovendo recuos táticos que não inviabilisassem o próprio processo como um todo, isto é, que não nos impedissem de percorrer todo o caminho que teríamos para percorrer).

Dessa opção processual decorreriam para nós alguns problemas. Os resultados imediatos que poderíamos alcançar seriam, provavelmente, menos espetaculares que os resultados buscados por Fernando Collor. Teríamos imagens menos sugestivas para efeitos de marketing. Despertaríamos menos entusiasmos em torno da nossa ação. Seguiríamos um caminho mais prosaico.